



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE  
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo Nº  
**50492-16.2017.8.06.0112/0**

Data - Hora  
**31/5/2017 - 9:58**



Dados Gerais do Processo			
Número Único	<b>50492-16.2017.8.06.0112/0</b>		
Tipo de Ação	<b>PROCEDIMENTO SUMÁRIO - CÍVEL</b>		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Sumário		
Classe	AÇÕES CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR		
Autuação	31/05/2017 09:20	Volumes	1
Just.Gratuita	NÃO	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE		
Assunto(s)			
<b>SEGURO</b>			
Hierarquia: \DIREITO DO CONSUMIDOR\Contratos de Consumo\Seguro			
Partes			
Requerente : <b>ANDREIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES</b>			
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA			
Requerido : <b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A</b>			



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 02  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ☐ VARA DA  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.**

Valor da Causa: R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais)

COMARCA JUAZ DO NORTE  
50492-16.2017.8.06.0112



**SETOR DE DISTRIBUIÇÃO**  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE  
Recebido em: 25/05/2017, às \_\_\_\_:\_\_\_\_hs.

Cicero Wagner A. Feitosa  
Distribuidor

**ANDRÉIA ALVES DE ARAÚJO RODRIGUES**, brasileira, casada, autônoma, portadora do RG nº: 20079255323 SSP/CE e do CPF nº: 052.368.823-70, residente e domiciliada na Rua Estelita Silva, nº 673, bairro Timbaúba, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado infra-assinado (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20031 – 205, pelo que declara e passa a expor:

## 1 – PRELIMINARMENTE

### 1.1 – NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC).

### 1.2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:

Inicialmente, requer os benefícios da justiça gratuita, em razão de não possuir recursos suficientes para arcar com as custas e despesas processuais, haja vista expressa previsão no Código de Processo Civil, senão vejamos:

Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antônio, Barbalha - CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-2203



# ACTUS

Advogados Associados

63  
FLS.  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVIL  
J. DO NORTE

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;

Impende salientar, ainda, que não há nenhuma incoerência em requerer o benefício proveniente da justiça gratuita e constituir Advogado, uma vez que não há presunção da condição financeira da Parte Autora pelo mero pagamento de honorários advocatícios indispensáveis para o exercício, *in casu*, do acesso à justiça. Nesse sentido já havia jurisprudência consolidada e, mais recentemente, Lei Federal autorizadora, para sanar eventuais dúvidas. Citamos:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

É importante frisar que o mesmo artigo citado anteriormente traz expressa previsão quanto a declaração de insuficiência de recurso que presta a pessoa natural, senão vejamos:

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Destarte, pelas razões fáticas e jurídicas trazidas preliminarmente, requer a concessão da gratuidade da justiça por uma questão de democratização do efetivo acesso à justiça e obediência à disposições legais expressas no ordenamento jurídico vigente.

### 1.3 - DA AUTENTICIDADE DOCUMENTAL:



# ACTUS

Advogados Associados

04  
FLS. CIVIL  
SECRETARIA  
2ª VARA CIVIL  
J. DO NORTE-CE

O traço característico do advogado é o de servir à justiça, como técnico do Direito. E, por servir ao Estado, possuindo função específica de fazer a justiça, no exercício de sua profissão o advogado exerce um *mínus público*.

Destarte, sendo o advogado, nos termos do artigo 133, da Magna Carta de 1988, indispensável à administração da justiça, resta consolidada, ao que dispõe a Lei nº. 8.906 de 1994, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, em seu artigo 2º, a prerrogativa de que no exercício de suas funções contempla o apanágio de serviço público e função social.

No antigo Código de Processo Civil já havia expressa menção à autenticidade documental por declaração, sob responsabilidade pessoal, do Advogado, conforme se extraía dos arts. 544 e 365, IV.

O novel diploma processual consagrou o mesmo entendimento, haja vista a consolidação dos poderes outorgados aos Advogados, seja para facilitar o livre exercício da profissão, seja pelo 'status' proporcionado em razão da função que desempenha.

A Lei 13.105/2015, como dito anteriormente, consagra a viabilidade da autenticidade documental em algumas passagens, aproveitando o momento oportuno, cito:

Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;

Em razão disso, e sob responsabilidade pessoal, REQUER o reconhecimento de todos os documentos anexos à presente Exordial como autênticos, possuindo o mesmo valor dos originais.

## 2 – DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA:



# ACTUS

Advogados Associados

FLS. 05  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DONCETES CE

A requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 07 de julho de 2016, tendo lesões gravíssimas como resultado do incidente mencionado. Vejamos:

1. Fratura do pé direito;

A lesão proveniente do acidente resultou em sequelas definitivas que impedem o desempenho normal de suas atividades quotidianas, amargando, o Autor, dissabor pelo resto de sua vida.

Nesse sentido, o laudo médico aponta que o acidente gerou fratura do pé direito da requerente, necessitando, assim, ser submetido a tratamento cirúrgico, fisioterapêutico, ambulatorial e medicamentoso.

Em decorrência das lesões acima citadas, a Autora necessitou de um longo período de recuperação.

Conforme atestado médico, a lesão apresentada tem caráter de invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura.

Em virtude disto recebeu, de forma administrativa, a quantia de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), em 15 de fevereiro de 2017, conforme se pode comprovar dos documentos acostados à Inicial.

Em razão da diferença entre o que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, e o que foi pago de modo administrativo, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento da diferença securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pela parte Autora.

Sendo a Requerente a vítima de acidente de veículo automotor, atrai, consequentemente, a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, II e §1º, II que dispõem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e
---





**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 06  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

[...]

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Portanto, o Requerente possui direito a receber a diferença entre o valor pago administrativamente (R\$ 3.375,00) e o valor que deveria ter sido efetuado em razão do evento danoso (R\$ 13.500,00), totalizando uma diferença a título indenizatório/reparatório de R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais).

Vale a pena ressaltar que a existência do acidente, independentemente da culpa (art. 5º da Lei 6194/74), e **comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficiente para a**



**ACTUS**  
Advogados Associados

65  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada, se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES  
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550  
QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO  
REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE  
CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92.  
INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n.  
8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica  
nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art.  
1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha  
realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio  
de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização  
por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio.  
Inconstitucionalidade rejeitada. **A indenização por morte em  
acidente de transito e devida, mediante simples prova do  
acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a  
seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito  
em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.(grifo nosso)**

Cumpre esclarecer, por derradeiro, que **NÃO É** necessário ao Autor/Vítima manter contrato com seguradora privada, arcando com os custos previsto na tabela disposta no art. 3º da Lei 6194/74 a Seguradora Ré.

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

### **3 – A PERÍCIA TÉCNICA COMO UMA NECESSIDADE À SOLUÇÃO DA PRESENTE LIDE:**

É importante ter em mente que com a entrada, no dia 18 de Março de 2016, do Código de Processo Civil, houve a exclusão completa do rito sumário (arts. 274 e ss do CPC/73), não havendo mais o procedimento usual das demandas de Indenização/Cobrança de Seguro DPVAT.



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 91  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

Inobstante a extinção do procedimento sumário, se faz indispensável a solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT a perícia judicial, haja vista a necessidade do laudo do *expert* para que seja possível delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

Portanto, requer, e reafirmará tal intuito abaixo, a não realização da audiência de conciliação e a designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação, tudo conforme expressão disposição dos arts. 464, *caput* e 465, *caput*, ambos do CPC.

#### 4 – DO PRAZO PRESCRICIONAL:

Quando há a violação de um direito, nasce para o Autor/Vítima uma pretensão, como elucida o Código Civil:

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

Contudo, a pretensão pode ser extinta pela sua inércia (inatividade durante determinado decurso de tempo), configurando o nascedouro da prescrição. Feita estas breves considerações, nota-se que: o pedido de indenização de seguro DPVAT é a pretensão do Autor, existindo, paralelamente, uma prazo prescricional que deve ser respeitado, sob pena de não poder mais ser ajuizada a Ação judicial cabível.

Sendo assim, o Superior Tribunal de Justiça, no Enunciado Sumular nº 405 dispõe que **“A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”**, tendo diversos precedentes nesse sentido (AgRg no Ag 1.088.420-SP, AgRg no Ag 1.133.073-RJ, REsp 905.210-SP, dentre outros).

Desse modo, é necessário que não tenha transcorrido lapso temporal maior do que três anos entre o termo inicial do prazo (ciência da incapacidade laboral) e o termo final. Cumprido esclarecer que o próprio Egrégio Superior Tribunal de Justiça dispõe, no Enunciado Sumular nº 278, qual é o termo *a quo*.





**ACTUS**  
Advogados Associados

09  
FILS. 09  
DEPARTAMENTO DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

Portanto, está claramente demonstrado, *in casu*, que não houve prescrição quanto ao direito do Requerente, haja vista que entre o termo inicial e o termo final não transcorreu lapso temporal superior a 03 anos.

## **5 - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:**

A audiência de conciliação prévia, como busca da autocomposição dos litígios que envolvam direitos disponíveis, é um traço marcante no atual Código de Processo Civil.

Como preconiza a Lei Adjetiva, especificamente na parte que dispõe sobre as normas fundamentais, a conciliação e a mediação deverão ser estimulados por todos aqueles que atuem de forma proativa no Poder Judiciário (e até extrajudicialmente), senão vejamos:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

[...]

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Assim sendo, é notório que os direitos aqui expostos são totalmente disponíveis para ambas as Partes, uma vez que trata-se de cobrança pecuniária de diferença quanto ao recebimento do seguro DPVAT.

Entretanto, a Parte Autora ajuíza a presente ação pois não concorda com os termos discutidos de forma extrajudicial (proposta de acordo pela Seguradora), **se mostrando completamente dispendioso para a rápida solução do litígio, uma vez que a autocomposição se mostra inviável no caso concreto.**

## **6 – DOS PEDIDOS:**



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 10  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

Destarte, ante o exposto, REQUER:

- a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, *caput* e §1º, I e 105, *caput*, ambos do CPC);
- b) Que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC), bem como, que os eventuais alvarás sejam expedidos em nome de **Antônio Allan Leite Saraiva (OAB/CE 23.502)** ou **Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**;
- c) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.
- d) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial (arts. 464 e 465 do CPC);
- e) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais), com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;
- f) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, *caput* e §2º do CPC);

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

**Dá-se a esta causa o valor de R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais).**

Nestes termos,  
Pede Deferimento.

Barbalha-CE, 16 de maio de 2017.



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 11  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

---

**Bruna Reinaldo do Nascimento Santana**  
**OAB/CE 36.955**

---

**Antônio Allan Leite Saraiva**  
**OAB/CE 23502**

---

**Thomaz Antonio Nogueira Barbosa**  
**OAB/CE 20787**

---

**Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antônio, Barbalha - CE, CEP 63180-000**  
**Tel.: (88) 3532-2203**

10.125,00



# ACTUS

Advogados Associados

Jusseg

FLS. 12  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
DO NORTE-CE

## “PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

Andréia Alves de Araújo Rodrigues, brasileira, casada, autônoma, portadora do RG nº 2007925532-3, e inscrita no CPF nº 052.368.823-70, residente e domiciliada à Rua Estelita Silva, nº 673, bairro Timbaúba, Juazeiro do Norte/CE

pelo presente nomeia e constitui bastante procurador, THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 20.787, e-mail: thomazbarbalha@yahoo.com.br, ANTÔNIO ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 23.502, e-mail: allan.saraiva@hotmail.com, todos com escritório situado à Rua Zuca Sampaio, 649 em Barbalha/CE, onde recebe intimações e avisos, a quem confere os poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicium”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Barbalha-CE, 23 de fevereiro de 2017.

x Andréia Alves de Araújo Rodrigues

Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antônio, Barbalha - CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-2203

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAROLINA BANHOS ROQUE, liberado nos autos em 19/06/2018 às 11:59. Para conferir o original, acesse o site <http://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0050492-16.2017.8.06.0112 e código 3855C21



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 13  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

## DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Andréia Alves de Araújo Rodrigues, brasileira, casada, com  
Jônima, portadora do RG nº 2007.925532-3, e inscrita no  
CPF nº 052.308.823-70, residente e domiciliada à Rua Este-  
rita Silva, nº 673, Bairro Tombauba, Fuzquillo de Norte/CE

**DECLARA** nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para  
os devidos fins, de que são pobres na acepção jurídica do termo, não  
dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais,  
sem sacrifício de seu sustento e de sua família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira  
responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a  
presente declaração para que produza seus efeitos legais.

BARBALHA-CE, 23 de Fevereiro de 2017

x Andréia Alves de Araújo Rodrigues



<http://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasemsinistro=true>

FLS. 14  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

## SINISTRO 3170052712 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** ANDREIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RECEPTORA DO SINISTRO** MBM SEGURADORA S/A #772

**BENEFICIÁRIO** ANDREIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES

**CPF/CNPJ:** 05236882370

**Posição em 23-02-2017 14:54:21**

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
15/02/2017	R\$ 3.375,00	R\$ 0,00	R\$ 3.375,00



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

BOLETIM DE Ocorrência Nº 488 - 11385 / 2016

**Dados da Ocorrência**

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
Data / Hora da Comunicação: **21/07/2016 11:43:11**  
Data / Hora da Ocorrência: **07/07/2016 13:30:00**  
Endereço da Ocorrência: **RUA CASTELO BRANCO C/RUA IVANIR FEITOSA**  
Complemento:  
Bairro: **TIRADENTES** Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**  
Ponto de Referência:

**Dados da(s) Vítima(s)**

Nome: **ANDREIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES**  
Nascimento: **11/11/1989** CPF: **052.368.823-70**  
RG: Orgão Emissor: UF:  
Filiação: **SILVANI ALVES DE ARAUJO SILVA**  
**JUAZES CLEMENTINO DA SILVA**  
Endereço: **RUA ESTELITA SILVA, 673**  
Bairro: **TIMBAUBA** CEP:  
Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**  
País: **BRASIL** Telefone:

**Noticiante(s)**

Nome: **JOSELI VIEIRA DA SILVA**  
Nascimento: **07/12/1975** CPF: **792.538.063-20**  
CNH: **01928403683** Orgão Emissor: **DETRAN** UF:  
Filiação: **MARIA JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS**  
**VICENTE VIEIRA DA SILVA**  
Endereço: **RUA MANOEL BARRETO DA SILVA, 1324**  
Bairro: **AEROPORTO** CEP:  
Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**  
País: **BRASIL** Telefone:

**Dados do(s) Veículo(s)**

1) Placa: **PMZ683B** Uf: **CE** Município: **JUAZEIRO DO NORTE** Chassi:  
**9C2KC1680FR553427** Renavam: **1034257720** Tipo do Veículo: **MOTOCICLETA** Marca  
/ Modelo: **HONDA/CG150 FAN ESDI** Ano Fabricação: **2014** Ano Modelo: **2015**  
Combustível: **GASOLINA/ALCOOL** Cor: **LARANJA** Proprietário: **JOSELI VIEIRA DA**  
**SILVA** Situação: **NÃO INFORMADO** Envolvimento: **COLISAO**

**Histórico**

ADVERTIDO DAS PENAS COMINADAS NOS ARTIGOS 340 E 342, AMBOS DO CPB. RELATA O NOTICIANTEA QUE NA DATA ACIMA MENCIONADO CONDUZIA A MOTO DE PLACA PMZ 683B, NA AVENIDA CASTELO BRANCO, NESTA CIDADE, TENDO COMO GARUPEIRA A ANDREIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES QUANDO UM VEICULO COROLLA, SAÍRA DA RUA IVANIR FEITOSA, AVANÇANDO A PREFERENCIAL DA AVENIDA CASTELO BRANCO, OCORRENDO A COLISÃO. ONDE A PASSAGEIRA SOFREU ESCORIAÇÕES PELO CORPO E TRAUMA NO PÉ DIREITO. QUE A VITIMA FOI SOCORRIDO PELA CONDUTORA DO VEICULO COROLLA A UPA LIMOEIRO DESTA CIDADE. QUE NÃO NOTOU A PLACA DO COROLLA, QUE APRESENTA COPIAS DOS SEGUINTE DOCUMENTOS: CNH RG, CPF, COMPROVANTE DE ENDEREÇO, CRLV. FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL UPA DE Nº 51932. E NADA MAIS DISSE.///



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

FLS. 16  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE

**BOLETIM DE Ocorrência Nº 488 - 11385 / 2016**

**DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE**

**RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :**

**FRANCISCO CRUZ LANDIM - MAT.: 106255-1-3**

**RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:**

*Lozeli Vieira da Silva*

**VISTO DO DELEGADO(A) :**

**LUIS JOSÉ TENÓRIO DE BRITTO - MAT.: 126893-1-4**

## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, JOSELI VIEIRA DA SILVARG nº 95029154177, data de expedição 02/04/08,Órgão SSP-CE, portador do CPF nº 772738067-20, comdomicílio na cidade de JUAZEIRO DO NORTE no Estado deCEARA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)maioria barreira da silva, AEROPORTO, nº 9324

complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima ANDREIA ALVES DE ARAGUÁ RODRIGUES cujo o condutor eraJOSELI VIEIRA DA SILVA.Veículo: MOTOCICLOModelo: HONDA/CG 150 FAN ESPIAno: 2014/2015Placa: PMZ 6338Chassi: 9CCKC1680FR5J427Data do Acidente: 07/07/2016Local e Data: JUAZEIRO DO NORTE - CE 21/07/2016Joseli Vieira da Silva

Assinatura do Declarante

(Com reconhecimento de firma por autenticidade ou verdadeira)

Joseli Vieira da Silva

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

(Sem reconhecimento de firma)





UPA 24h Juazeiro do Norte  
RUA CAPITÃO DOMINGOS, S/N  
JUAZEIRO DO NORTE

FLS. 51932  
SECRETARIA DE SAÚDE  
JUAZEIRO DO NORTE

Data: 07/07/2016  
Hora: 12:26

### Relatório Médico

#### Paciente

Nome: 38387 ANDREIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES  
Segurado: ANDREIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES Nasc: 11/11/1989 Idade: 26

#### Queixas do Paciente

ESCORIAÇÕES E DOR EM PÉ DIREITO APÓS ACIDENTE MOTOCICLISTICO

#### Exame Físico


#### Conclusão Diagnóstica

CID-10 R520

#### Tratamento

RADIOGRAFIA

#### Alta

  
LOUYSE SALES LANDIM CRUZ  
CRM: 17195 / CE





## **Dr. Jofrânio Bandeira F. de Caldas**

**Clínica Médica - Cirurgia Geral**

- Especialização em Medicina da Família e Comunidade.
- Pós-Graduação (Residência Médica em Cirurgia Geral)

Atesto por os serviços feitos  
 que Anderson Alves de Araújo  
 Rodrigues sofreu acidente  
 de trânsito no dia 07/07/  
 2016 que resultou em  
 fratura do pé direito. Re-  
 ceber tratamento espe-  
 cializado (Imobilização e  
 fisioterapia) com alto  
 índice de recuperação, porém, o mesmo  
 foi submetido a cirurgia (li-  
 minação de 50% do proxi-  
 midade do pé direito  
 26/08/2016

Dr. Jofrânio B. F. de Caldas

Av. Alton Gomes, 2478 - Pirajá - Juazeiro do Norte-CE - Pq. do Banho de 59991  
 Anexo Laboratório Vidanalise

CREMEC 67991

(88) 3571.1449 / 0800.0791441 / 8829.6724 / 9689.5332

**Dr. Jofrânio Bandeira F. de Caldas****Clínica Médica - Cirurgia Geral**

- Especialização em Medicina da Família e Comunidade.
- Pós-Graduação (Residência Médica em Cirurgia Geral)

*Relatório Médico*  
 A paciente Andréia Alves  
 de Aracaju Rodrigues sofreu  
 acidente de moto no dia  
 07/07/2016 que resultou  
 em fratura do pé direito.  
 Recebeu tratamento (imobilização e fisioterapia).  
 Apresenta sequelas motoras (limitação de 50%  
 dos movimentos do pé direito). Recebeu o ferimento definitivo no dia 09/12/2016.

09/01/2017

Dr. Jofrânio B. F. de Caldas  
 Médico  
 CREMEC 6795

Av. Alton Gomes, 2478 - Pirajá - Juazeiro do Norte-CE - Px. ao Banco do Brasil  
 Anexo Laboratório Vidanalyse

(88) 3571.1449 / 0800.0791441 / 9 8829.6724 / 9 9689.5332

SECRETARIA DA  
2ª VARA CRIMINAL  
J. DO NORTE-CE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGRATO CERCA	2007925532 - 3
DATA DE EXPIRAÇÃO	14/07/2011
NOME ANDRÉIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES	
FILIAÇÃO JUREZ CLEMENTINO DA SILVA	
SILVANI ALVES DE ARAUJO SILVA	
NACIONALIDADE ALIANÇA - PA	
DATA DE NASCIMENTO 13/11/1989	
B-DO-ORIGEM	
CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: MARCOZOS TERMO: 12693 FOLHA: 096	
LIVRO: B-32 JUAZEIRO DO NORTE - CE	
CPF: 052.368.823-70	
P.: 98	

ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE IDENTIDADE	
CARTÃO DE IDENTIDADE	
FOTO	
Polegar Direito	
Assinatura: Andréia Alves de Araújo Rodrigues	



23  
SECRETARIA  
2ª VAR  
J. DO

Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **052.368.823-70**

Nome da Pessoa Física: **ANDREIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES**

Data de Nascimento: **11/11/1989**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **16/02/2009**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:23:18** do dia **04/08/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **E990.36B0.67F1.269C**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

DETRAN - CE  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 011793052268

VIA: COO RENAVAM: 1034257720 RNTTC: 0000000000 EXERCÍCIO: 2015

DIAZ 01 1034257720

NOME: JOSELI VIEIRA DA SILVA

PLACA: FMZ6838

CHASSI: 9C2KC1680FR553427

COMBUSTÍVEL: GASOLINA

ESPECIE TIPO: FAS/MOTOCICLO/NAO APLIC

MARCA/MODELO: HONDA/CG150 FAN ESDI

ANO FAB: 2014 ANO MOD: 2015

CATEGORIA: ALUGUEL

CONTINUEDOMINANTE: LARANJA

COTA UNICA: 22/0CV/149CC

VENC. COTA UNICA: 1º \*\*\*\*\* 2º \*\*\*\*\* 3º \*\*\*\*\*

PARCELAMENTO/COTAS: \*\*\*\*\*

PREMIO TARIFARIO (R\$): 00/00/0000

DATA DE PAGAMENTO: 07/01/2015

LOCAL: JURAZEIRO DO NORTE

DETRAN-CE

**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOA TRANSPORTADA OU NAO - SEGURO DPVAT**

CE Nº 011793052268 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2015

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO 792638

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO: 2015 DATA EMISSÃO: 07/01/2015

VIA: 01 RENAVAM: 1034257720 CHASSI: 9C2KC1680FR553427

PLACA: FMZ6838

MARCA/MODELO: HONDA/CG150 FAN ESDI

ANO FAB: 2014 ANO MOD: 09

CONTINUEDOMINANTE: LARANJA

PREMIO TARIFARIO

FNS (R\$): DENATRAM (R\$): CUSTO DO SEGURO (R\$):

CUSTO DO BILHETE (R\$): IOF (R\$): TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$):

PAGAMENTO: ☒ COTA UNICA ☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO: 00/00/0000

SEGURADORA LIDER DPVAT

LOTE/DCC: 1183830 LACSP

MOTOR: KC16838

www.seguradoralider.com.br

NOV-2014

13  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CIVEL  
1 DO NORTE-CE





FEB. 1964  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE

ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE  
DIVISAO DE PROTOCOLO DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

**Data - Hora**  
**25/5/2017 -**  
**13:33**

## Termo de Distribuição



Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	50492-16.2017.8.06.0112 /0
Autuação	Não possui autuação
Tipo de Ação	PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Assunto(s)	SEGURO
Nr.Apensos	0
Nr.Volumes	1
Documento de Origem	PETIÇÃO INICIAL
Documento Atual	PETIÇÃO INICIAL
Fase Atual	DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO
Data da Fase	25/05/2017
Foi feita DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO do presente processo, motivo EQUIDADE, em 25/05/2017 13:34, para o(a) Relator (a): Exmo.(a) Sr.(a) FRANCISCO JOSE MAZZA SIQUEIRA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE	

Partes	
Nome	
Requerente : ANDREIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES	
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA	
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	

JUAZEIRO DO NORTE ( COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE ), 25 de Maio de 2017

Responsável

RH: 2610512017  
NHEmeida

FLS. 27  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE  
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Data - Hora  
31/5/2017 - 10:4

Termo de Registro e Autuação



Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

Dados Gerais do Processo

Protocolo Único	50492-16.2017.8.06.0112 / 0 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Nr. Volumes	1
Autuação	31/05/2017
Assunto(s)	SEGURO
Natureza	CÍVEL
Ext. Gratuita	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARAS CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR

Partes

Nome

Requerente : ANDREIA ALVES DE ARAUJO RODRIGUES  
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA  
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

JUAZEIRO DO NORTE ( COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE ), 31 de Maio de 2017

  
Responsável

CONCLUSOS ao MM Dr. Jutz

feito em 22/06/2017

O(A) Diretor



CERTIDÃO

Certifico que o processo nº 50492-16-2017-8-06-0112  
Com tramitação pela 2ª Vara CIVEL, foi  
auditorado pelo Núcleo de Digitalização, tendo sido as  
peças do caderno processual conferidas, digitalizadas e  
convertidas, encerrando-se, nesta data, a sua tramitação  
física, cuja última folha possui a  
numeração 27, passando a  
tramitar eletronicamente, no SAJ. O referido é  
verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte-ce, 14 de Novo de 2018.  
Servidor/matricula: [assinatura]

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

**DESPACHO**

Processo nº: **0050492-16.2017.8.06.0112**  
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
Requerente e **Andreia Alves de Araujo Rodrigues e outro**  
Requerido:  
:

Defiro a gratuidade da justiça.

Remetam-se os autos ao CEJUSC para audiência de conciliação, devendo a parte ré ser citada com a antecedência mínima de 20 dias da audiência.

Ressalte-se que, havendo desinteresse na autocomposição, a ré deve manifestá-lo por escrito a este Juízo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para a audiência.

No mandado citatório e na intimação para a audiência deverá constar que o não comparecimento injustificado de qualquer das partes ao ato importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa ou do proveito econômico, conforme o art. 334, §8º do NCPC.

Intimações e expedientes necessários.

Juazeiro do Norte, 17 de setembro de 2018.

**Francisco José Mazza Siqueira**  
**Juiz**



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

## ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0050492-16.2017.8.06.0112**  
 Classe: **Procedimento Sumário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente e **Andreia Alves de Araujo Rodrigues e outro**  
 Requerido:  
 :

Conforme disposição expressa na Portaria nº 02/2016, bem como as diretrizes do art. 152, VI do C.P.C, por ATO ORDINATÓRIO, encaminho os autos para o CEJUSC como determinado.

Juazeiro do Norte/CE, 19 de setembro de 2018.

**Antonio Barbosa de Sena**  
**Supervisor de Unid. Judiciária**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo nº: **0050492-16.2017.8.06.0112**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
 Requerente: **Andreia Alves de Araujo Rodrigues**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, haver designado nos autos em epígrafe **Audiência de Conciliação para o dia 11/Março/2019, às 11:30 horas**, a se realizar neste Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Juazeiro do Norte, no Fórum local.

O referido é verdade. Dou Fé.

**Juazeiro do Norte/CE, 14 de dezembro de 2018.**

**Ana Clécia Augusto Leite Carneiro**  
**Técnico Judiciário**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

## CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0155/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	D.J
Antonio Allan Leite Saraiva (OAB 23502/CE)	D.J

Teor do ato: "Fica a parte requerente, por seus advogados (art. 334, §3º do CPC), bem como estes, devidamente intimados para comparecerem à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o DIA 11/MARÇO/2019, ÀS 11:30 HORAS, A SE REALIZAR NO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE - CEJUSC/JN, sediado no Fórum Local, na Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte-CE, ficando, de logo, a parte advertida de que, o não comparecimento injustificado à referida audiência será considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionada com multa de até dois por cento (2%) da vantagem economicamente pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (Art. 334, § 8º, CPC). Outrossim, as partes devem estar acompanhadas por seus Advogados ou Defensores Públicos, bem como poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar ou transigir. Ademais, as partes, deverão, com antecedência mínima de 10 (DEZ) DIAS da audiência, informar se não possuem interesse no ato conciliatório, sendo que, a audiência somente será cancelada mediante recusa expressa das duas partes (ART. 334, § 5º, CPC), tudo em conformidade com o art. 334, §§ 3º, 4º, I e II, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 do NCPC."

Do que dou fé.  
Juazeiro do Norte, 17 de dezembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br Juazeiro do Norte

## CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: **0050492-16.2017.8.06.0112**  
 Classe: **Procedimento Sumário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Andreia Alves de Araujo Rodrigues**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

Prezado(a) Senhor(a) Representante Legal da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do Dr. Francisco José Mazza Siqueira, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte, conforme disposto no **art. 334 do Código de Processo Civil**, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial, e despacho **fls. 30** seguem anexas por cópia, sendo parte integrante desta carta, bem como sua **INTIMAÇÃO** para comparecer à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** designada para o **dia 11/MARÇO/2019 às 11:30 HORAS, na sala de audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-CE, no Fórum Local, sito na Rua Maria Marcionília, n° 800, Lagoa Seca, nesta urbe**, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (**art. 334, §10, do CPC**) e advertindo-se que o prazo contestatório, de **15 (QUINZE) DIAS**, contar-se-á conforme o **art. 335 do mesmo Código**, podendo o promovido alegar em sua peça toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido da autora, além de especificar as provas que pretende produzir (**art. 336 do CPC**), sob pena de **presumirem-se verdadeiras as alegações não impugnadas**, no termos do **art. 341 do CPC**, ficando, ainda, advertido que a omissão na apresentação da contestação no prazo legal implicará sua **REVELIA (ART. 344 DO CPC)**.

Fica, outrossim, V. Sa. **ADVERTIDA** que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até **2%** (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §§ 4º e 8º do CPC**). Ademais, as partes deverão comparecer acompanhadas de seus Advogados ou Defensores Públicos (**art. 334, § 9º do CPC**).

Juazeiro do Norte/CE, 14 de dezembro de 2018.

**Antonio Barbosa de Sena**  
**Supervisor de Unidade Judiciária**  
 Assinado por Certificação Digital<sup>1</sup>

Sr(a). Representante Legal da  
 Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT  
 Rua da Assembléia, 100, 16º Andar, Centro  
 Rio De Janeiro-RJ  
 CEP 20011-000

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o n° do processo e o código do documento.